ANEXO 7 – MODELO DA DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL E OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E CIÊNCIA E AUTORIZAÇÃO PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAS (LGPD)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ nº XXXXXXXX, por intermédio de seu dirigente o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, sob as penas da Lei:

1º INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO
O pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, bem como a inexistência de fato impeditivo de sua participação no certame.

2º NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES
Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3º NÃO CUMPRE AS SANÇÕES PREVISTAS nos incisos III e IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4º REQUISITOS DO DECRETO ESTADUAL No. 2485/2019
Que não incide em nenhuma das situações impeditivas à contratação, indicadas no Decreto Estadual nº 2.485/2019, que veda o nepotismo nos órgãos e entidades estaduais nas contratações celebradas pela Administração Pública do Estado do Paraná.

5º NÃO SE ENQUADRA EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES CONTIDAS NO ART. 14 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021
5.1. Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, em especial:

a) Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo seletivo ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
b) Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

6º LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS
6.1. Que está ciente de que, como condição para participar desta Convocação Pública e ser contratado(a), deverá fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

a) documentos de identificação;
b) referentes a participações societárias;
c) informações inseridas em estatutos sociais;
d) endereços físicos e eletrônicos;
e) estado civil;
f) eventuais informações sobre cônjuges;
g) relaçõesde parentesco;
h) número de telefone;
i) sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
j) informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

6.2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.
6.3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data.
Nome e carimbo do dirigente da entidade